



JUSTIFICATIVA

Em atenção aos apontamentos quanto à concentração de atribuições técnicas pela servidora Ivolnéia Alves de Freitas, apresenta-se a presente Justificativa Administrativa, nos seguintes termos:

Constata-se que a referida servidora figura como signatária do Documento de Formalização da Demanda (DFD), do Estudo Técnico Preliminar (ETP), do Projeto Básico, além de atuar como responsável técnica pelos projetos arquitetônico, estrutural e luminotécnico, bem como coautora do memorial descritivo, cronograma físico-financeiro e orçamento.

Tal situação, embora não represente o modelo ideal de segregação de funções recomendado pelas boas práticas de governança, decorre de condição excepcional e temporária da estrutura administrativa atualmente instalada, uma vez que a Secretaria de Projetos e Obras Públicas foi recentemente criada pela Lei Complementar nº 473, de 21 de março de 2025, encontrando-se ainda em fase de organização e estruturação administrativa, com quadro técnico reduzido e insuficiente para a plena distribuição funcional das atividades finalísticas da secretaria.

Registra-se, ainda, que houve alinhamento prévio e consenso institucional entre a Secretaria de Projetos e Obras Públicas (SEPOP) e a Secretaria Municipal de Saúde, no sentido de que o Estudo Técnico Preliminar (ETP) seria elaborado pelo SEPOP, com apoio técnico e colaboração dos servidores da Secretaria de Saúde, considerando a natureza da demanda e a limitação momentânea de recursos humanos especializados. Tal definição ocorreu de forma planejada e transparente, visando garantir eficiência administrativa e adequada instrução do processo.

Destaca-se que a Administração não dispõe, no momento, de número adequado de profissionais habilitados para permitir o revezamento técnico entre as etapas de planejamento, elaboração de projetos e formalização dos instrumentos preparatórios, razão pela qual houve a concentração excepcional de atribuições, motivada exclusivamente pela necessidade de assegurar a continuidade do serviço público e evitar a paralisação de demandas essenciais da municipalidade.

Esclarece-se que não há, no caso concreto, conflito de interesses de natureza subjetiva, tampouco qualquer indício de favorecimento, direcionamento de



contratação, obtenção de vantagem pessoal ou prejuízo ao interesse público. A atuação da servidora ocorreu em estrita observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, sendo todos os atos submetidos aos mecanismos regulares de fiscalização e controle interno e externo.

Ressalte-se, ainda, que a legislação não veda, de forma absoluta, que o mesmo servidor atue em mais de uma fase do planejamento da contratação, sobretudo quando devidamente motivada a excepcionalidade da situação e demonstrada a inexistência de alternativa administrativa viável, como no presente caso.

Por fim, informa-se que esta Administração já adota providências para a futura ampliação do quadro técnico, a fim de que, em processos subsequentes, seja possível a plena segregação de funções, em consonância com as boas práticas de governança pública.

Diante do exposto, resta justificada a atuação excepcional da servidora, não se verificando irregularidade material nos atos praticados, mas sim condição administrativa transitória, devidamente motivada.

Nada mais havendo a declarar.

Caçador, 28 de janeiro de 2026.

Thaelys Varaschin Olsen Peruzzolo
Secretária de Projetos e Obras Públicas